



Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Deni Schwartz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Ciro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANA CORDEIRO DIAS, ocorrido em Maringá, no último dia 06.

Requer ainda, seja dada ciência do presente à família enlutada, na pessoa do seu filho, Argeu Dias, residente à Rua Deputado Néio Alves Martins, 2955, Maringá.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA

A Senhora Ana Cordeiro Dias residia em Maringá desde a sua fundação, constituindo com seus filhos Argeu Dias e José Dias Figueiredo, os mais autênticos pioneiros maringenses.

Dedicada ao lar, foi mãe exemplar e ao falecer deixou um largo círculo de amizade e respeito, que somente as pessoas afáveis e dignas conseguem formar.

É portanto, de inteiro mérito que esta Casa se manifeste, deixando consignado em seus anais o voto de pesar requerido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, que a douta Comissão Executiva determine o dia 23 de setembro do corrente ano para a outorga do título de Cidadão Honorário, ao Frei NEREU JOSÉ BASSI.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, solicitando informações sobre a existência de dívida da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e que deve conter as seguintes indagações:

1. Existe débito da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina para com Fundo Portuário Nacional?
2. Em caso positivo: qual a origem de tal dívida?
3. Qual o seu montante?
4. Relativo a que período?
5. De quem é a responsabilidade penal, uma vez que a Lei Federal pune com as penas do crime de apropriação indébita a falta de repasse dos valores arrecadados para o Fundo Portuário?

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná vem sendo apontado por organismos federais e por notícias veiculadas na imprensa nacional como um dos autores de apropriação indébita de valores pertencentes ao Fundo Portuário Nacional, apropriação esta que seria de responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que é mero agente arrecadador daquele tributo, e que por falta de repasse e apropriação dos valores arrecadados, estaria devendo soma superior a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) ao Governo Federal.

Constituindo a dívida, acaso existente, crime de apropriação indébita, contra a administração pública, está a exigir a opinião pública completo esclarecimento dos fatos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Planejamento, solicitando seja esclarecido o que segue:

1. Quais as empresas ou pessoas físicas que mantêm contrato ou se utilizam dos serviços da CELEPAR para processamento de dados e etiquetagem ou endereçamento mecânico de correspondência particular?
2. Qual o valor cobrado por tal serviço?
3. Quem fornece os dados processados para o endereçamento?

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Chegou ao conhecimento deste Deputado, denúncias de que, contrariamente aos fins para que foi criada a empresa

CELEPAR viria prestando serviços a candidatos a cargos eletivos para o endereçamento de correspondência em regime de malas diretas, denúncias que, procedentes, viria a se constituir em flagrante uso da máquina governamental para fins eleitorais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS, M.D. Diretor Regional no Paraná da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando seja criado e instalado na cidade de Nova Prata do Iguaçu, uma agência de correio.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

No Município de Nova Prata do Iguaçu funciona atualmente um posto de serviço de correio, que não atende as necessidades locais. O crescimento populacional, provocado pela criação do município, exige a elevação do posto de correio para uma agência.

Tal reivindicação dispensa maiores justificativas, pois somente o posto de serviço não está à altura do progresso empreendido por Nova Prata do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, Ministro da Previdência Social, Presidentes do Senado e da Câmara Federal, salientando a necessidade de se instituir no País, PENSÃO ESPECIAL a todos os deficientes mentais, bem como aos deficientes físicos incapacitados para o trabalho ou desempregados.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Entendo ser oportuno o momento na medida em que o FINSOCIAL, recentemente estabelecido pelo Governo Federal se volta para a necessidade mais urgente de se ampliar o volume de recursos destinados aos segmentos mais carentes da sociedade brasileira.

Uma verdade incontestável assegura a venerável da proposição: "Não existe, não existirá jamais quem mais precise que não os deficientes". Os deficientes mentais na sua totalidade, os paraplégicos enquanto desempregados ou incapacitados para o trabalho.

Fatos como esses asseguram que a grandeza de servir está vinculada à necessidade de servir primeiro quem mais precisa. Neste aspecto, infelizmente, o trabalho parlamentar tem sido pouco nobre, na medida em que se verifica um atendimento mais amplo a quem mais reivindica, a quem exerce um poder maior de pressão.

Os mais necessitados, na verdade, via de regra, não pedem primeiro, não exercem qualquer poder de pressão, tampouco reivindicam no momento mais oportuno.

Se de um lado sinto-me culpado pelo esquecimento, de outro, sinto vergonha pelo ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE, pela triste constatação de que a maioria dos paraplégicos aptos para o trabalho, somente obtiveram poucas oportunidades de trabalho naquele ano. Findo o Ano Internacional do Deficiente, não foram poucos os demitidos, não foram poucas as agressões cometidas contra eles, num gesto desumano que estreitou as esperanças dos paraplégicos e multiplicou ainda

mais o seu desespero.

Deste modo, não podemos, absolutamente, permitir que a humildade, a meiguice dos deficientes seja contemplada com o nosso esquecimento. A nobreza do nosso trabalho, como parlamentar, fundamenta-se neste nosso estado de espírito, no nosso grau de consciência, na própria grandeza da alma.

E por assim dizer, me culpo por não haver denunciado antes o triste MUNDO CÃO em que vivem os deficientes mentais e físicos incapacitados para o trabalho, ou ainda, os paraplégicos desempregados.

É hora de dar um basta nisso, é hora de dar um basta em nossas justificativas, para finalizar em poucas palavras: "Não haverá um fim mais social, que um FINSOCIAL que atenda plenamente tais necessidades inadiáveis".

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 91/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SANTA FÉ, com sede em Santa Fé.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra que a entidade em apreço satisfaz plenamente as exigências da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, visto como suas finalidades são de filantropia e de benemerência.

PROJETO DE LEI N.º 92/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DA CRIANÇA, entidade filiada à Sociedade de São Vicente de Paula, com sede na cidade de Cambará.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa comprova que a entidade em apreço preenche todos os requisitos da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria.

Por este motivo, espera-se unânime aprovação a este projeto de elevado alcance social.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cidade de Paranaguá de há muito reclamava uma agência do IPE, para que pudesse receber os associados em condições humanas, já que, a que lá existia, não dava o menor sinal de conforto aos associados do Instituto de Previdência do Estado.

Nesta oportunidade, queremos nos parabenizar com o Dr. Kit Abdalla, que prometeu e cumpriu, já que, na terça-feira última, ele inaugurou em Paranaguá uma Agência do IPE, Modelo A, Agência esta que não deve nada a uma Coordenadoria, que está prometida e dentro de mais alguns meses Paranaguá terá a prometida Coordenadoria; a Agência, inaugurada em prédio amplo, com instalações confortáveis, vai permitir a que os

associados possam, semanalmente, inclusive com um funcionário deslocado de Paranaguá - ou melhor, de Curitiba para Paranaguá, possam, os filiados ao IPE, contrair empréstimos sem se locomoverem a Curitiba.

A garra, o trabalho de Kit Abdalla deve ser registrado por nós, e neste momento, estamos fazendo através de um requerimento que endereçamos à Mesa, um voto de aplauso, um voto de regozijo pelo trabalho incansável desse homem que, se bem que há poucos meses no IPE, tem desenvolvido uma campanha intensa visando tão somente o benefício do assegurado, do associado do IPE, portanto, nossos cumprimentos ao dinamismo encetado por Kit Abdalla na Diretoria, na Superintendência do Instituto de Previdência do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Não havendo oradores para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Declina.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por várias vezes através desta tribuna e de outra tribuna, que é a imprensa falada, escrita e televisada, fizemos algumas denúncias e também algumas cobranças ao Sr. Secretário de Segurança Pública no que diz respeito à forma com que vêm funcionando algumas CIRETRANs do Paraná, e infelizmente essas nossas denúncias, essas cobranças, até o presente momento, não surtiram nenhum efeito.

Eu disse infelizmente, porque se trata de denúncias de irregularidades, denúncias de acobertamentos de atos irregulares praticados por alguns Chefes de CIRETRANs e que por conseguinte deveria merecer uma atenção mais séria e mais responsável por parte daqueles que estão a dirigir os negócios da Segurança Pública do Paraná.

Todos sabem que essas CIRETRANs são dirigidas por pessoas que não fazem parte do Quadro da Secretaria de Segurança Pública; não raramente esses cargos são providos pelo caráter, pelo critério eminentemente político, e em razão disso, não se coloca, não se dá ênfase aos serviços propriamente ditos, que a comunidade necessita e espera deste órgão do Governo.

O que se realça, o que se destaca, ou o que importa, pelo menos é que nós temos observado, é a forma como deve o chefe desta ou daquela CIRETRAN desempenhar suas funções, principalmente de acordo com a orientação e a filosofia do detentor do comando político daquela área.

Isto, Sr. Presidente, tem levado a uma série de irregularidades. São muitas as notícias estampadas pela imprensa do nosso Estado, envolvendo diferentes CIRETRANs no Interior do Estado, e não temos assistido por parte da autoridade maior deste setor, nenhuma providência concreta.

Como exemplo do que estamos afirmando, eu citaria o escândalo que envolveu a CIRETRAN de Londrina e que até o presente momento, em que pese as cobranças, repito, do que já fizemos, não temos notícia de nenhuma solução concreta. Não sabemos de nenhum funcionário envolvido nesse escândalo, que tivesse sido punido. Não temos notícia do que é que aconteceu com o ex-chefe da CIRETRAN de Londrina que na época, fora constatado que recebia o montante de cinco milhões de cruzeiros por mês, arrecadados através as mais diferentes formas desde uma taxa que era exigida junto aos despachantes até uma comissão recebida junto às auto-escolas, até a cobrança para expedição de placas com números significativos e uma outra série de outras formas de recebimentos contrários à lei.

O que sabemos é que, diante daquele escândalo, o máximo que aconteceu fora a exoneração do Chefe da CIRETRAN daquela cidade, Capitão Aparecido Rodriguez, a instauração de inquéritos policiais, mas não sabemos nem do resultado dos inquéritos e nem também do resultado dos processos administrativos.

Estamos aqui para cobrar. Este é o dever do Deputado. Esta é a atribuição do parlamentar que ao tomar conhecimento de um escândalo de graves irregularidades de um órgão da Administração Pública, ele tem obrigação de trazer estes fatos ao conhecimento, não só dos Srs. Deputados, não só desta Casa, não só das autoridades governamentais, mas principalmente do povo do Paraná e estamos aqui para cobrar, Sr. Presidente, viemos aqui para cobrar, Srs. Deputados.

Estamos falando em nome da Bancada do meu Partido, exigindo providências do Governador Hosken de Novaes, para estes fatos que estamos a relatar. A impunidade, o acobertamento gera a reincidência desses fatos: senão, vejamos.

Denunciamos aqui também o escândalo que envolve a CIRETRAN de Maringá, onde um despachante daquela cidade, não se conformando com a maneira, com a forma desonesta e aviltante com que o chefe da CIRETRAN daquela cidade vinha exercendo sobre aqueles que trabalham junto a este órgão da Secretaria de Segurança Pública.

Este despachante, numa atitude de coragem, resolveu denunciar o abuso, a desonestidade, a forma corruptiva com que o seu chefe da CIRETRAN de Maringá vinha e continua a exercer naquela cidade. E nós denunciamos isto, daqui.

Denunciamos através da imprensa e estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para exigir respostas. Estamos aqui para cobrar do Secretário de Segurança Pública, do Diretor do DETRAN providências urgentes e enérgicas diante dos fatos imorais, ilegais e abusivos que estão sendo praticados pelo chefe da CIRETRAN da cidade de Maringá.

Eu disse que o acobertamento, que a omissão das autoridades leva à reincidência. Eu diria que o acobertamento, que a omissão de determinadas autoridades favorecem a criminalidade e veja o que está ocorrendo em Maringá, diante das denúncias do despachante João Ramos, de que o chefe daquela CIRETRAN, Sr. Antônio Paulo Puck, vinha exigindo vantagens indevidas para prestar serviços relacionados à área de trânsito.

A Secretaria de Segurança Pública, através do DETRAN, constituiu uma comissão composta de três delegados de carreira e esta Comissão fora a Maringá e lá ficara por alguns dias, desempenhando as funções para a qual ela fora constituída. Depois que essa Comissão conseguiu levantar grande parte das denúncias que o despachante João Ramos havia feito, para surpresa dessa mesma comissão e para espanto de todos quantos tomaram conhecimento, esta Comissão fora destituída. O Diretor do DETRAN atendendo apelos de autoridades superiores, do Secretário de Segurança Pública, do então Governador Ney Braga, resolveu destituir aquela comissão e designou outra para seu lugar.

Mas o mais grave de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e é também por esta razão que aqui estamos, é de que me parece que o Coronel Oswaldo Cruz de uma forma pensa ele talvez velada, mas tomamos conhecimento de forma muito clara, está de corpo e alma envolvido neste episódio.

Os Delegados Ivo Dimietti, Marco Antônio Bassan e Afonso Kley, que compunham a comissão inicialmente constituída e que estavam na cidade de Maringá foram destituídos, porque eles estavam esclarecendo a verdade, e a verdade neste País, parece que nunca pode vir à tona, principalmente quando envolve homens do Governo e em ano eleitoral. E o que é que aconteceu?

Aconteceu exatamente o seguinte: que uma outra Comissão, constituída de outros três delegados, foi para Maringá com o único objetivo de não esclarecer a verdade, de não constatar a

denúncia que o despachante João Ramos houvera feito.

Mas nós, ao tomarmos conhecimento da maneira como tudo se processou, imediatamente procuramos denunciar estes fatos e estamos aqui para cobrar do Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN do Paraná, Coronel Haroldo Ferreira Dias, Secretário da Segurança Pública deste Estado, resposta a esta nossa denúncia, providências às nossas denúncias porque o silêncio significa que estas autoridades estão consentindo tudo aquilo que já denunciávamos. O silêncio destas autoridades, repito, tem cheiro de acobertamento. Tem cheiro de acumplicia-mento, tem cheiro de conivência.

E não podemos, de forma alguma, pertencentes ao Poder Legislativo, único Poder legitimamente democrático, porque os membros que aqui estão são eleitos pelo povo, aceitar de forma passiva, fatos abusivos como estes que vêm ocorrendo na área do trânsito em nosso Estado.

Repito, a continuar o silêncio, a continuarmos sem respostas, isto só desserve à causa pública. Outros escândalos estão a eclodir. O mais recente deles é o de Apucarana. E quem era o chefe da CIRETRAN naquela cidade? O ex-Prefeito. Homem ligado ao partido do governo; e que o escândalo ganhou foro de tal forma que me parece que o próprio chefe da CIRETRAN de Apucarana chegou inclusive a ser destituído.

Então nós estaremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para de uma forma muito segura e objetiva, e até diria sucinta, registrar o que já dissemos em outras oportunidades. Reiterar as denúncias e formular novos apelos. Se enquanto era Governador Ney Braga, os apelos que fizemos não serviam de forma suficiente para que se pudesse tomar providências, esperamos que o atual Governador, Hosken de Novaes, homem que conhecemos e sabemos ser um homem que zela não só pelo direito, não só pela decência como também é um homem que não admite que as leis sejam descumpridas; homem que não permite que as denúncias sejam engavetadas.

Estamos aqui para reiterar nossos apelos, desta feita ao Governador Hosken de Novaes, no sentido de que esclareça a opinião pública do Paraná que é de concreto que está acontecendo e que diz respeito às providências que estamos exigindo na área do trânsito, em nosso Estado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida, nobre Deputado, logo que conceder o aparte ao Deputado Edilson Alencar.

Eu acho que o fato de uma comissão sindicante ser destituída, porque estava esclarecendo e buscando a verdade, e em seu lugar constituir uma outra com objetivo nítido de acobertamento; e isto tudo com o consentimento do Coronel Oswaldo Cruz, e com a ciência do Secretário de Segurança Pública, é coisa muito grave.

Temos informações seguras de que o Coronel Oswaldo Cruz, durante o período em que esta comissão que fora destituída estava em Maringá buscando a verdade, telefonara várias vezes ao Chefe da CIRETRAN, Antônio Paulo Puck, colocando-o a par de tudo que estava acontecendo aqui em Curitiba, levando ele inclusive, a certeza de que nada a ele aconteceria, que ele pudesse ficar tranqüilo, que esta Comissão não iria esclarecer nada.

Um fato pitoresco que nos chama muito a atenção e que nos revolta, é o fato de que quando o Delegado Afonso Klei fora até a CIRETRAN, convidar o chefe daquela repartição para comparecer perante a comissão e prestar esclarecimento, o próprio indiciado, Antônio Paulo Puck, informara ao delegado Afonso Klei que ele não teria que ir até a comissão, porque a mesma naquele instante já estava destituída. E o que é pior, Sr. Presidente, fora o próprio Coronel Oswaldo Cruz, pelo telefone, que se fosse um Diretor de DETRAN que se preza e que estivesse realmente em busca da verdade, primeiro, não

teria concordado que a Comissão fosse destituída; porque ela estava trabalhando e trabalhando com seriedade; em segundo, caso ele fosse forçado pelo Secretário ou pelo Governador, teria, no mínimo, a consideração e telefonado para os membros da comissão, seus subordinados, e não para o indiciado.

Então, fica aqui o nosso apelo, fica aqui a nossa preocupação porque, numa época como esta, de eleições, que se acoberta fatos como estes, em nome de uma vitória do Partido do Governo, nós ficamos preocupados, porque, é comum em ano de eleições, o derrame de carteiras frias que tanto já se denunciou nesta Casa.

Agora, quando se acoberta fatos de CIRETRAN do Paraná, da forma como aqui estamos amarrados, imaginemos nós o que não haverá de ser acobertado, não só neste setor, como em outro setor da administração pública.

É a nossa preocupação e é o nosso apelo, no sentido de que a verdade seja restabelecida, e a dignidade da função pública e da coisa pública, seja preservada.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado**. - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado**. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo**.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública O SERRA CLUBE DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/82, (Mensagem 01/82, ex-Proposição 04/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de ARAPONGAS E IBIPORÃ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado, artigo por artigo**.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/82 (Mensagem 02/82, ex-Proposição 05/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios de LUPIONÓPOLISE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado, artigo por artigo**.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/82, (Mensagem 04/82, ex-Proposição 07/82), oriundo de parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado

entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de serviços do processamento eletrônico de dados, pelo Centro de Processamento da Unidade de Planejamento Sul, da referida Fundação. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/82, (Mensagem n.º 05/82, ex-Proposição n.º 08/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/82, (ex-Proposição n.º 04/80), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS e que aprova as contas da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, referente ao exercício financeiro de 1979. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/82, (ex-Proposição n.º 03/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS e que aprova as contas do DEPARTAMENTO DE FINANÇAS DO PODER LEGISLATIVO, referente ao exercício financeiro de 1981. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 162/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Grande Loja do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de setembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Grande Loja do Paraná é uma instituição de caráter beneficente e cultural sem fins lucrativos, na qual congrega também o Clube Feminino Maçônico da Grande Loja do Paraná de fins filantrópicos e de utilidade pública, pois, através de seus objetivos promove a proteção às crianças carentes orientando-as na sua educação intelectual e religiosa, bem como à velhice desamparada.

Assim sendo, apresentamos o presente Plano de Lei, esperando dos ilustres Pares o apoio e posterior aprovação, pois o mesmo preenche os requisitos mínimos exigidos pela Lei n.º 6994, de 1978, legislação reguladora da matéria em foco.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 162/81

De autoria do eminente Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "GRANDE LOJA DO PARANÁ", entidade maçônica com sede e foro nesta Capital.

Através do "Clube Feminino Maçônico", o órgão se dedica à filantropia, às atividades beneficentes, educativas e culturais.

O processo encontra-se satisfatoriamente instruído, inexis-

tindo óbices de ordem constitucional ou regimental à aprovação do Projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública "SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ - SECEP", com sede e foro em Curitiba e área de atuação em todo o Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. — (Publicado no D.A. n.º 19, de 31/03/82).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 32/82

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, declarar de utilidade pública a "SECRETARIA DE CASAS DE ESTUDANTES DO PARANÁ - SECEP", com sede em Curitiba.

Obediente aos preceitos legais e regimentais, está o processo em condições de prosseguir sua tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Dado o exposto, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a augusta e respeitável Loja Simbólica "APÓSTOLO DA CARIDADE n.º 21", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 32)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 48/82

De autoria do nobre Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a augusta e respeitável Loja Simbólica "APÓSTOLO DA CARIDADE N.º 21", com sede e foro nesta Capital.

Atendidas que foram as formalidades regimentais, e preenchidos os requisitos legais, está o processo em condições de prosseguir a tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, imune de vícios ou omissões, está o projeto a merecer APROVAÇÃO.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, altera a Lei 6639/74, e dá as providências que especifica. (Contribuições do Parlamentar para Fundo de Previdência - FEPPA). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. — (Publicado no D.A. n.º 34).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 51/82

De autoria do ilustre Deputado ANTÔNIO FACCI, objetiva o presente plano de lei introduzir alterações na Lei n.º 6639/74, (Contribuições do Parlamentar para Fundo de Previdência - FEPPA), com outras providências que especifica.

Pelos termos da justificativa inclusa, infere-se a necessidade e oportunidade das medidas propostas.

Obediente às formalidades regimentais, o projeto não se ressent de vícios ou omissões de ordem legal ou constitucional, estando, dessa forma, em condições de ser apreciado pelos demais órgãos da Casa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;
DÁCIO LEONEL — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/82, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE ARAPOTI", com sede e foro na cidade de Arapoti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 54/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação São José de Assistência aos Menores de Arapoti, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1982.

(a) BASÍLIO ZANUSSI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de utilidade pública, através do presente plano de lei, está devidamente registrada como pessoa jurídica no Cartório do Registro Civil e Anexos, Comarca de Jaguariaíva, desde 1967, estando portanto, a referida entidade em condições de receber os benefícios da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria aqui enfocada.

Assim, sendo, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação do projeto de lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 54/82

PARECER

De autoria do ilustre Deputado BASÍLIO ZANUSSI, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES DE ARAPOTI", com sede na cidade de Arapoti.

Obediente aos preceitos regimentais e legais, está o processo em condições de prosseguir sua tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;
DÁCIO LEONEL — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FERROVIÁRIA RECREATIVA VISCONDE DE MAUÁ", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 55/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "As-

sociação Ferroviária Recreativa Visconde de Mauá", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Ferroviária Recreativa "Visconde de Mauá", sediada em Curitiba, vem funcionando desde 1976, agregando ferroviários e sócios de entidades ferroviárias, exercendo atividades de cunho social, recreativo e filantrópico, conforme se comprova do relatório em anexo, fazendo jus, portanto, a sua declaração como sendo de utilidade pública.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio desta Casa ao plano de lei que ora apresentamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 55/82

PARECER

Objetiva o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FERROVIÁRIA RECREATIVA VISCONDE DE MAUÁ", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, nada impede a tramitação do projeto pelos demais órgãos deste Poder.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;
ADALBERTO DAROS — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ana Cordeiro Dias, ocorrido em Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando à Comissão Executiva que determine o dia 23 de dezembro do corrente ano, para outorga do título de "Cidadão Honorário do Paraná ao Frei Nereu José Bassi.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Regional no Paraná da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no sentido de que seja criado e instalado na cidade de Nova Prata do Iguaçu, uma Agência de Correio.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Previdência Social e Presidentes da Câmara Federal e Senado Federal, salientando a necessidade de se instituir no País, pensão especial à todos os deficientes físicos e mentais, incapacitados para o trabalho ou desempregados.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre a existência de dívida da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina para com o Fundo Portuário Nacional.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Adia-se a discussão.

para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo informações sobre a contratação de serviços pela CELEPAR.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 11, à hora

regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 46 e 63/82, e dos Projetos de Resolução n.ºs 04 - 05 - 07 - 08 - 43 e 44/82.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 162/81 - 32 - 48 - 51 - 54 e 55/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 09 - 11 - 12 e 13/82.

Levanta-se a sessão.